



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Organização e concepções teórico-práticas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

Lalo Watanabe Minto

**Como citar:** MINTO, L. W. Organização e concepções teórico-práticas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). *In:* DAL RI, N. M. (org.). **Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 63-88.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p63-88>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# ORGANIZAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS NA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

*Lalo Watanabe Minto*

## INTRODUÇÃO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) está localizada em Guararema, São Paulo, município com aproximadamente 27 mil habitantes, situado a 60 km da capital paulista. (IBGE, 2014). A sede da ENFF foi construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>1</sup> durante um período relativamente extenso, tendo sido inaugurada em janeiro de 2005. Três razões básicas explicam a escolha do estado de São Paulo: localização estratégica; clima mais ameno, adequado aos militantes de todas as regiões do país e à realização de cursos o ano todo; proximidade de centros importantes, onde estão disponíveis conhecimentos e indivíduos qualificados, aptos a contribuir com o desenvolvimento da escola. (MST, 1998, p. 18-19).

---

<sup>1</sup> O MST e a própria escola entendem que ela não é do movimento e sim fruto da solidariedade nacional e internacional, razão pela qual está aberta a vários movimentos sociais, nacionais e internacionais.  
<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p63-88>

Os recursos financeiros<sup>2</sup> para a construção provieram de contribuições do próprio Movimento (MST, 1998, p. 22) e de outras estratégias que este mobilizou para angariar os insumos necessários. Uma das principais foi a de buscar apoio de entidades da sociedade civil, dentro e fora do Brasil. Outra parte adveio da venda de produtos como pôsteres e calendários. Segundo o Movimento, o produto que mais rendeu recursos para a ENFF foi aquele que também viabilizou a compra de seu terreno em 1997, oriundo de parte dos direitos<sup>3</sup> da *Exposição Terra*, composta por um livro e um CD.

A força de trabalho empregada nas diversas etapas de construção proveio da ação voluntária dos próprios integrantes do MST, de diversas partes do país. Entre março de 2000 e julho de 2004, 25 brigadas temporárias foram organizadas com esse fim, somando-se a outras brigadas permanentes constituídas a partir de setembro de 2003 (SANTOS, 2005, p. 35). Até a inauguração, o movimento registrou a participação de 1.115 voluntários nesse processo. (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 08). O projeto arquitetônico foi elaborado pela arquiteta Lílian Lubochinski e a construção contou com a assessoria de engenharia da empresa Integra. (AUGUSTO; MANSUR, 2008, p. 19).

Na inauguração da ENFF estiveram presentes o Ministro do Desenvolvimento Agrário da época, Miguel Rossetto<sup>4</sup>, representantes dos ministérios da Educação e da Cultura, do governo venezuelano, além de escritores, atores e intelectuais ligados a universidades brasileiras (MARIN-GONI, 2005), o que denota o prestígio que a escola conseguiu mobilizar nesses primeiros momentos de funcionamento.

Ocupando uma área de 30.000 m<sup>2</sup>, as instalações da ENFF incluem: três salas de aula (para até 200 pessoas), um auditório, dois anfiteatros e biblioteca com mais de 40 mil livros (ASSOCIAÇÃO..., 2012a, p. 1), quatro blocos de alojamento, ciranda infantil, quadra multiuso, lavan-

---

<sup>2</sup> Matérias em jornais de grande circulação trataram da fundação da escola chamando a atenção dos leitores para seu custo financeiro, de cerca de 1,3 milhão de dólares. (ARRUDA, 2005; MST, 2005).

<sup>3</sup> Cedidos pelo fotógrafo Sebastião Salgado, pelo compositor Chico Buarque e pelo escritor José Saramago. (SANTOS, 2004, p. 51; 2005, p. 33).

<sup>4</sup> Rossetto foi ministro entre janeiro de 2003 e março de 2006 do governo Lula. Retornou ao cargo em 17/03/2014, no governo Dilma Roussef.

deria, espaço de vivência, refeitório central, estação de tratamento de esgoto e área para cultivo de gêneros alimentícios. Ao todo, 42 trabalhadores/as residem no local e se dedicam à manutenção e funcionamento da escola, contando com casas para suas famílias (ASSOCIAÇÃO..., 2010).

A ciranda infantil instalada na ENFF destina-se às atividades de educação dos filhos de seus moradores, bem como das crianças que frequentam o espaço em caráter temporário. Segundo Araújo (2015), um dos papéis da ciranda é garantir condições de participação mais igualitárias entre homens e mulheres, evitando que qualquer estudante venha a ser impedido de participar de um curso por conta de estar na companhia de filhos pequenos. Por isso, ela é “[...] diferente da ciranda infantil [...] nas áreas que são permanentes”, onde também se faz escolarização.<sup>5</sup>

Em dezembro de 2009 foi criada a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF), com o propósito de contribuir com a sua manutenção, sobretudo no aspecto financeiro<sup>6</sup>. A Associação reafirma que o financiamento da escola é proveniente apenas da “[...] contribuição dos próprios movimentos sociais e o apoio solidário de entidades e indivíduos, no Brasil e no exterior” (ASSOCIAÇÃO..., 2012a, p. 01-02)<sup>7</sup>. Em boletim de julho de 2012, a AAENFF anunciou que a ENFF estudava a possibilidade de construção de uma nova sede nas proximidades de Brasília/DF, no assentamento Pequeno William (ASSOCIAÇÃO..., 2012, p. 11).<sup>8</sup>

## O POLÍTICO E O PEDAGÓGICO NA ENFF: UMA *CONSTRUÇÃO* PERMANENTE

Conforme já observado em Minto (2015), são duas as principais dimensões político-pedagógicas da ENFF: uma primeira, referente à sua

---

<sup>5</sup> Ainda, segundo a entrevistada, a orientação da coordenação é para que se evite levar crianças em idade escolar, devido a esse caráter especial da ciranda. Considera-se prioridade que essas crianças estejam se escolarizando em seus próprios locais de moradia (acampamentos e assentamentos). Entrevista realizada pelo autor em 05/02/2015.

<sup>6</sup> Sobre os objetivos da associação e as formas previstas de consecução destes objetivos, ver seu estatuto social (ASSOCIAÇÃO..., 2009, Art. 2º e 3º).

<sup>7</sup> A AAENFF chegou a contar com mais de mil associados (ASSOCIAÇÃO..., 2013), que contribuíram com uma parcela do financiamento das atividades da escola.

<sup>8</sup> Araújo (2015) confirma a existência dessas regionais da ENFF em Brasília, no Nordeste e no Sul.

própria construção física, forma de organização, motivações do movimento, formação das brigadas e caráter estratégico; a segunda, no sentido de que a própria análise de quais são os traços de identificação da escola uma vez em funcionamento, também depende de um processo que está em construção, isto é, em constante mudança.

Ana Pizetta (2007a, p. 30) afirma que a construção da ENFF criou possibilidades objetivas para um amadurecimento político dos voluntários nela envolvidos e para formar uma “nova consciência” baseada no princípio de união entre estudo e trabalho. Enfim, “[...] o trabalho voluntário, a solidariedade e a formação, praticados no âmbito da ENFF, são, em um espaço micro, ensaios daquilo que os homens livres são capazes de edificar para eles próprios e para a sociedade como um todo” (PIZETTA, 2007a, p. 46).<sup>9</sup>

Dentre as qualidades pedagógicas apontadas por estudiosos e por lideranças do movimento, é lícito lembrar que também há aspectos contraditórios, como os apontados por Maria<sup>10</sup> (nome fictício), ex-aluna de cursos e colaboradora de alguns projetos na ENFF. Perguntada sobre como esse caráter educativo era vivenciado pelos voluntários das brigadas durante o processo de construção, ela afirma:

Algumas iam com muito prazer e algumas pessoas dizendo que elas foram obrigadas, que não era voluntário coisa nenhuma, que elas foram destacadas de seus lugares de trabalho, né, na roça e tal. E que eles apostavam que eles nunca iam ser chamados pra fazer um curso ali, porque eles nunca iam ser dirigentes, assim. Então eu acho que [...] essa [...] *divisão social do trabalho* no interior do movimento [...] ficava meio claro na conversa com alguns deles, assim. (MARIA, 2015).

A própria Maria reconhece, porém, os riscos de se fazer qualquer generalização:

Mas é uma visão pontual e que eu sei como é ser, né, fazer parte do movimento quer dizer, também, esperar gente de fora pra poder dizer do seu descontentamento em relação à direção, que às vezes é canalizado por outro ponto. (MARIA, 2015).

---

<sup>9</sup> João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, afirma que o fato de a ENFF ter sido construída com base no voluntarismo, na solidariedade e no trabalho sistemático dos militantes e apoiadores do movimento, caracteriza o que ele chama de “afetividade socialista”. (STÉDILE, 2011, p. 71).

<sup>10</sup> Entrevista realizada pelo pesquisador em 04/02/2015.

Assim como outras ações educativas que o MST vem protagonizando ao longo de sua história, a ENFF é um produto da própria trajetória do movimento, de suas formas de luta e opções teórico-práticas a cada período.<sup>11</sup> Em Minto (2015) afirmamos que mais importante do que estabelecer o momento de criação da ENFF, é especificar o contexto no qual a proposta e a concretização de uma escola nacional – incluindo a construção de sua sede física – se tornaram estratégicas para o movimento.

Dos esforços em construir alternativas para fortalecer as lutas pela reforma agrária, inicialmente concretizados na experiência de parcerias do Setor de Educação, resultariam, doravante, as parcerias entre o Setor de Formação do MST e diversas universidades, tendo como pano de fundo a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)<sup>12</sup>, em abril de 1998. (MINTO, 2015, p. 315).

As atividades desenvolvidas pela escola nos últimos 10 anos têm no Pronera um de seus pilares, momento a partir do qual a ENFF vai assumindo um perfil mais próximo ao de uma escola de ensino superior. De acordo com a documentação consultada e as conclusões a que chegaram outros estudos sobre a ENFF, pode-se dizer que o surgimento de cursos superiores no MST decorreu do processo de expansão de sua abrangência enquanto movimento. Com essa maior amplitude, a demanda por formação também ganhou escala nacional e o PRONERA contribuiu para consolidar as parcerias com as instituições de ensino superior (IES):

O trabalho com cursos formais teve um impulso a partir da criação do Pronera, em abril de 1998. Até então, eram poucas turmas e em poucos lugares. Com o novo programa, envolvendo universidades e institutos federais, foi possível alcançar uma escala maior, potencializando a experiência acumulada de formação por alternância e vinculada aos movimentos. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 506).<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Para uma visão mais completa do processo de formação da escola, ver Minto (2015).

<sup>12</sup> Sobre o contexto no qual se instituiu o Pronera, ver: Taffarel e Molina (2012); Kolling, Vargas e Caldart (2012).

<sup>13</sup> Apesar dessas indicações, Araújo (2015) afirma que as atividades predominantes na ENFF não são aquelas realizadas em convênios com outras instituições (cursos formais) e financiados por recursos externos, como os do Pronera. “O principal [são] os cursos não formais”, diz Araújo, pois são cursos que partem de demandas dos próprios movimentos e só se concretizam quando realizados no espaço da Escola.

Santos (2012, p. 633-634) afirma que o PRONERA “[...] instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos de participação e da multiplicação”, o que viabiliza, no caso do ensino superior, uma presença *ativa* e coletiva do movimento no processo de organização do ensino (conteúdos e metodologias), ainda que conflitos não sejam, de modo algum, eliminados.

O Setor de Formação do MST é um coletivo central na formulação e gestão dos convênios com as IES, que ganharam escala a partir de 1999. E foi com o curso *Realidade Brasileira* que se estabeleceu uma espécie de padrão dos convênios entre aquele setor e as IES (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 09-10), tendo ocorrido na Unicamp, em 1999, sua primeira edição<sup>14</sup>.

Vários convênios se seguiram a esses, sobretudo a partir de 2003. O primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* também foi elaborado nesse período, na Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulado *Especialização em Estudos Latino-Americanos*. Sua origem está relacionada a demandas de estudantes que haviam cursado o *Realidade Brasileira*. (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 08-10).

A construção da sede em Guararema estabeleceu uma etapa na qual as atividades educativas do MST ganharam novo patamar, consolidando aquilo que chamamos aqui de *estudos superiores*.

## DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E ESTUDOS SUPERIORES NO MST

O MST tem se alinhado aos setores da sociedade brasileira que adotam a defesa da educação pública (estatal), gratuita e de qualidade como bandeira de luta.<sup>15</sup> Nos termos do *Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária ao povo brasileiro*, produzido no I Encontro Nacional

<sup>14</sup> Realizado na modalidade extensão universitária, reuniu cerca de 1200 jovens de 15 a 25 anos de 22 estados brasileiros, entre 02 e 12 de julho de 1999. (FILGUEIRAS, 1999, p. 24-25).

<sup>15</sup> Deve-se lembrar que, no caso do MST, essa luta se combina com a perspectiva da chamada educação do campo, aquela que se concretiza, dentre outras coisas, por meio da “[...] construção de escolas nas comunidades rurais e agrovilas dos assentamentos, a todos jovens e adultos do meio rural, como forma de manter os camponeses e as camponesas no meio aonde vivem” (MST, 2010, p. 45).

de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária realizado em Brasília, em julho de 1997, essa mensagem ficou explícita: “Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade” (MST apud CALDART, 2004, p.428). Para o MST, portanto, a importância da escola regular não é uma questão secundária. Assim também entendem Dal Ri e Vieitez (2008, p. 184): “A primazia educativa atribuída ao Movimento como educador não significa a desvalorização da escola. [...] o MST não apenas reconhece como tem clareza da necessidade e da função da escola”.

O princípio acima é um dos mais caros e repetidos por lideranças do MST, bem como por estudiosos de temas ligados ao que vem sendo chamada de pedagogia do MST ou pedagogia do movimento. Trata-se da concepção de que a educação e a escola são essenciais, mas devem ser consideradas *para além* de sua condição na sociedade capitalista. Reconhece-se a importância da escola formal e propugna-se sua ocupação (CALDART, 2004)<sup>16</sup>, o que não se resume a apropriar-se dos conteúdos e dos benefícios que a escolarização pode trazer aos indivíduos. Enfatiza-se, acima de tudo, o caráter educativo/formador da *luta pela escola*, elemento crucial na preparação dos quadros do movimento para enfrentar os desafios de transformar a realidade atual. Na síntese feita pelo próprio MST – “Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social” (MST apud CALDART, 2004, p. 427) – e na enfática afirmação de Araújo (2015), de que não são “os movimentos sociais que têm que oferecer escolarização, escola pública. Quem tem que garantir escola pública é o Estado, né!?” – não parece restar qualquer dúvida sobre esse reconhecimento para com a educação estatal.

No que se refere à pedagogia do movimento, Kolling, Vargas e Caldart (2012), entendem que o acúmulo de experiências e o diálogo permanente com as diferentes teorias sociais e pedagógicas é que permitiram sua elaboração. E se um dos pilares daquela é a forma distinta de conceber as finalidades da escola e seus métodos pedagógicos, também se inclui aí a

<sup>16</sup> Caldart (2004, p. 409) é explícita: “[...] o que costuma ser identificado como sendo a experiência ou a *proposta de educação do MST* (centrada nos processos de escolarização dos sem-terra) não é mais do que *uma das pontas* do processo de formação humana que acontece no e através do Movimento.”

formação superior. E é nesse sentido que se entende que, a partir da criação do PRONERA em 1998, o MST vem *ocupando* também as IES:

A dimensão específica da ocupação da universidade, que iniciou com os cursos de educação e aos poucos foi se estendendo para outras áreas, tem um significado histórico importante na formação de um intelectual coletivo de classe, nesse caso orgânico ao trabalho nas áreas de Reforma Agrária: camponeses trabalhando com camponeses. E a combinação entre escolarização, formação político-ideológica e formação técnica, inaugurada pelos cursos formais das áreas da educação e da produção, foi, aos poucos, se afirmando como uma marca do trabalho de educação do MST. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 506).

A dimensão dessa ocupação do ensino superior pode ser observada pelos dados fornecidos por Araújo (2015): mais de 110 convênios entre o MST e outros movimentos sociais e universidades estão em vigor atualmente, com destaque para o Programa Residência Agrária<sup>17</sup> e o PRONERA. São convênios que viabilizam cursos de âmbito nacional, regional e local, muitos deles com sede na ENFF, outros com sede nas próprias instituições conveniadas e alguns organizados de forma mista. Isso revela que na oferta regular desse nível de ensino, o MST também não tem a pretensão de substituir o Estado.

Para além do que já se conhece como sendo os princípios orientadores da pedagogia do movimento, interessa-nos suscitar uma reflexão sobre o papel formativo que vem sendo cumprido pela ENFF. Princeswal (2007, p. 135-136) cita Geraldo Gasparin e destaca que foi num seminário realizado antes da inauguração oficial da escola, que as linhas gerais do papel a ser desempenhado pela ENFF foram clareadas:

Evidentemente que no início se tinha essa dimensão: *vamos fazer uma escola para os Sem Terra, vamos fazer uma universidade para os Sem Terra! Mas o seminário deu um outro caráter para a Escola e as intervenções que foram feitas naquele seminário apontavam neste sentido: olha, temos que ter um espaço onde efetivamente a gente consiga avançar do ponto de vista teórico, político, organizativo no conjunto da classe trabalhadora! Não é uma estrutura física que se projeta ser uma universidade, poderá sê-lo! Mas, ela tem a preocupação fundamental de preparar os nossos*

<sup>17</sup> Das 36 turmas do *Residência Agrária* em andamento no país, a primeira formatura (turma Paulo Freire) ocorreu em fevereiro de 2015, em São Paulo/SP. (MST, 2015).

militantes, os nossos dirigentes da classe trabalhadora que pense um projeto de transformação de país e de sociedade. (GASPARIN, 2007 apud PRINCESWAL, 2007, p. 136, grifo nosso).

Noutro momento, o mesmo Gasparin (2009, p. 3) apresentou a questão de forma distinta:

Havia o debate: a Escola Nacional seria a universidade dos trabalhadores Sem Terra, da classe trabalhadora? Mas entendemos que a educação é dever do Estado, uma educação pública gratuita e de qualidade, como sempre disse Florestan Fernandes. Portanto, a ENFF se reserva em complementar temas e aprofundar debates que, geralmente, nas universidades não ocorrem e que para nós são fundamentais. Principalmente na área da filosofia, sociologia, economia política, agrária. E não buscamos a diplomação por diplomação. Consideramos que a universidade tem acúmulo na metodologia, na pesquisa, mas não deixamos de aprofundar e adequar o conteúdo à nossa realidade.

Concordando, de modo geral, que o papel da escola é o de articular os processos, atividades e tarefas ligadas à formação política dos quadros do movimento, sem perder de vista a importância de qualificar tecnicamente os trabalhadores para as tarefas produtivas, Princeswal (2007, p. 136) conclui que há um entendimento amplo sobre o ensino superior no âmbito da ENFF.

Quando o Movimento se refere aos cursos superiores, não considera apenas aqueles de graduação, mas os cursos em nível mais elevado de formação política, para dirigentes e formadores do MST e dos demais movimentos sociais que já passaram por outros processos de formação.

Na visão de Pizetta (2007, p. 244-246), os objetivos formativos perseguidos pela ENFF são muito avançados. Trata-se de uma formação com base teórica sólida e crítica, com vistas a preparar militantes revolucionários, aptos a compreender a dinâmica dos processos históricos (global, regional e brasileiro) que caracterizam o modo de produção capitalista atual, bem como construir instrumentos de intervenção consciente sobre a realidade. Ou seja, potencializar sua capacidade teórica e prática de fazer com que os conflitos de classes avancem no sentido da superação do capitalismo.

O mesmo Pizetta (2007, p. 246) elenca como fundamentais para essa formação, dentre outros, um “elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanística” e “domínio teórico (marxismo)”. E completa:

A ENFF [...] surge com o propósito de pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do conjunto do MST. Ela passa a ser um (não o) espaço de articulação das inúmeras iniciativas e experiências que estão em curso nos estados e articuladas pelos diferentes setores de atividades no MST, no sentido de buscar uma maior unidade e qualificar essa práxis. Para tanto, deve primar pelo estudo científico, e reflexão da prática política e organizativa dos membros e da organização, e contribuir na elaboração de táticas e estratégias de ação nas diferentes áreas. (PIZETTA, 2007, p. 246).

Esse papel de articulação, pensado para a ENFF, também envolve articulações no plano internacional e que, ademais, não se restringe aos objetivos do MST:

A ENFF é um conjunto de ações políticas e formativas-pedagógicas, organizadas e realizadas pelo Movimento, independentemente do local e momento de sua realização. Essas atividades também podem ser em parceria, convênios com outros centros de educação e formação, institutos de ensino, tanto do Brasil, como localizados em outros países. (PIZETTA, 2007, p. 247).

## O MST OCUPA O ENSINO SUPERIOR

As informações, estudos e documentos disponíveis sobre a ENFF permitem afirmar que a intenção do MST de criar a *sua* universidade<sup>18</sup>, em muitos sentidos, deu lugar à construção de um instrumento *para ocupar* o ensino regular, mediado principalmente pelo financiamento estatal do PRONERA. Quando se iniciou a construção da sede da ENFF, o formato dos convênios entre MST e universidades já estava delineado segundo determinado padrão que não se alterou posteriormente. Constatamos que Araújo (2015) relativiza essa interpretação, pois, em sua visão, a ENFF

---

<sup>18</sup> Mesmo que explicitada diversas vezes por lideranças do Movimento, não há elementos para afirmar que essa intenção tenha sido, um dia, hegemônica no MST.

*ainda* não tem nos cursos formais o seu principal eixo de atividade (e de sobrevida financeira), para quem, como já apontado, a principal atividade da Escola continua a ser a dos cursos não formais.

Ainda que se esteja referindo aqui apenas ao ensino superior regular realizado sob a tutela da ENFF (cursos superiores formais, portanto), é certo que outros estudos deverão ser feitos para elucidar melhor esse aspecto. É bastante plausível que essa relação não só tenha se viabilizado inicialmente, como também se expandido, no interior das IES, por conta dos recursos disponibilizados pelo PRONERA. A consolidação da ENFF e a expansão do programa são processos convergentes, sobretudo a partir dos governos Lula (2004-2007 e 2008-2011), quando o PRONERA primeiro passou a integrar o orçamento da União (SANTOS, 2012, p. 633) e depois se “institucionalizou como política de Estado” (LERRER, 2012, p. 453-454), com a edição do Decreto 7.352/2010.

O caráter formal da ENFF, portanto, possui pelo menos dois vetores fundamentais: sua relação direta com o surgimento e institucionalização do PRONERA, base objetiva dos convênios e parcerias que o MST faz com IES, reconhecidas pelo MEC; e o acesso à formação de nível superior com certificação garantida (diplomas e prerrogativas das diferentes categorias profissionais).

Araújo (2015) reconhece a possibilidade de que a ENFF venha, um dia, a ter mais autonomia para ofertar cursos regulares, como cursos de graduação e pós-graduação, para atender as demandas de seu público específico. Contudo, as dificuldades financeiras, as muitas demandas do movimento e as deficiências de formação e escolarização acumuladas ao longo da história brasileira, não permitem que a ENFF, até o presente, possa usufruir (em termos de abrangência) de uma condição muito distinta daquela para a qual vem sendo preparada: uma escola de formação de dirigentes. Em razão disso, pensar no caráter público da escola, mesmo quando restrito aos fins do movimento, ainda é um desafio.

Em nosso ponto de vista, entendemos que seja possível afirmar que o termo superior, no que se refere à ENFF, também permite outra leitura menos convencional: a de que, no momento atual, a escola não tem condi-

ções de almejar um atendimento massivo para os militantes do MST e de outros movimentos. E isso se reflete no processo de escolha dos estudantes que frequentam os cursos, pois a escola não pode se abrir a todos que demandam acesso a ela. Donde o explícito reconhecimento, por parte de Araújo (2015), de que a ENFF “[...] termina sendo, de um certo modo, uma escola de um segmento; um segmento popular”.

Trata-se de uma escola de certos segmentos do movimento social brasileiro como jamais existira antes, em dimensão e reconhecimento. Além de estar cada vez mais internacionalizada. Apesar disso, é restrita, pois não pode abranger e nem dar conta de atender à grande maioria dos problemas e dificuldades formativas de sua própria base. Araújo (2015) entende que isto não torna a ENFF uma entidade privada, pois não se trabalha com a lógica do mercado, isto é, não se organiza para gerar renda, explorar trabalho e resultar em lucros. Porém, está claro que ela não é rigorosamente popular:

As experiências são embriões, são importantes. Mas, falar em universidade popular, o que nós estamos chamando de popular? Né? Pensar essa perspectiva tem algumas iniciativas de experiências alternativas, assim como a ENFF, tem... outras organizações com processos na educação, talvez não com a referência que hoje tem a ENFF, mas que são referências muito importantes. [...] Então, a nossa perspectiva de universidade popular, ela tem que ser universal! Ela não pode ser uma experiência, entende? Então, é assim, esse debate entra pra dentro, mais porque as pessoas vão nomeando as organizações, os parceiros, né, os estudantes - a universidade popular - mas não é esse o cunho, o fundamento, né, do que nós pensamos como universidade popular. A universidade popular tem que ser o sistema todo. Ele tem que ser universal para ele ser popular. Se ele não for universal, se o povo não tiver acesso, ele não pode ser popular. Ele vai ser uma célula, né, uma experiência, um foco... (ARAÚJO, 2015).

## **ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E CURSOS DA ENFF**

O rol de atividades formais e informais realizados pela Escola nos dias atuais é diversificado, amplo e de difícil caracterização, assim como o é comparar a ENFF e outras escolas do movimento. Podemos apenas propor uma aproximação ao que seria um sentido comum de organização. Sobre

esse aspecto, Maria (2015) relata que há uma separação muito nítida entre as perspectivas de formação das bases e dos dirigentes do Movimento, que também se reproduz na ENFF:

[...] eu acho que há uma reprodução da estrutura de organização do MST no interior da escola, o que eu acho que traz pra dentro da escola a própria estrutura do assentamento e essa divisão, inclusive, uma divisão clara na estrutura de formação, né? Uma formação que é pra base, pra militância, e pros dirigentes.

Entretanto, reconhece que há outro sentido em que a lógica de organização dos assentamentos e acampamentos do MST, também se reproduz na ENFF:

[...] todo mundo ali tem a experiência da roça, da ocupação, da frente de massa, né, tem essa experiência da militância que é muito bonito, porque é completamente diferente em cada estado, por mais que um estado como o nosso possa ser mais conservador, você vai ver que na militância em outros lugares está super radical, e produzindo muitas coisas interessantes e tal. Então, acho que esse encontro do povo, né, porreta, assim, que tá na luta há muito tempo, acaba trazendo as conversas que se faz nos assentamentos lá pra dentro. (MARIA, 2015).

A visão da escola como um espaço rico e educativo que extrapola o aspecto formal do ensino, também é afirmado por Araújo (2015), numa perspectiva um pouco diferenciada:

[...] a ENFF é [...], de um certo modo, espaço privilegiado de vivências, porque nós temos que pensar - e nós pensamos na educação não apenas como conteúdo, nós pensamos a educação como processo e pensamos a educação como relações sociais, né, então, a vivência, o intercâmbio, os aprendizados que se extrai dessas relações alunos-professores-organizações sociais, ele é riquíssimo, né? Para além de uma exposição de um professor - e tem muitos professores muito bons, brilhantes, que vêm aqui fazer... dar aulas voluntariamente, né? Colocam seus conhecimentos, contribuem voluntariamente com a ENFF. Portanto, destaca isso: essa escola, ela é essas relações sociais! Ela é uma escola construída pelos trabalhadores, pelos militantes sociais do MST, pelos educadores que constroem essa escola, pelas organizações que constroem essa escola.

Quanto à coordenação e gestão da escola, ela é exercida por sua Comissão Político-Pedagógica (CPP), que é formada por um grupo de dirigentes do MST, indicados pela Direção Nacional do movimento, que têm rotatividade no cargo. (ARAÚJO, 2015). Acima da CPP há, ainda, uma espécie de órgão máximo da Escola, que é:

A brigada Apolônio de Carvalho, né, cerca de um coletivo de 35 [pessoas], permanece aqui, contribuindo nas tarefas em diversos setores; aqui temos Setor Administrativo, Setor pedagógico, Setor da produção e o Setor de serviços. Então, esse grupo de *militantes do MST* se distribui nessas tarefas, né, e temos as unidades de trabalho e a coordenação político-pedagógica da escola. (ARAÚJO, 2015, grifo nosso).<sup>19</sup>

Segundo Princeswal (2007, p. 142), no funcionamento efetivo da ENFF, também estão presentes aqueles elementos valorizados pelo MST e característicos da *sua* pedagogia: os princípios de auto-organização; direção coletiva; gestão democrática; e disciplina. Assim são planejados, organizados e executados os cursos, eventos e outras atividades da escola, inclusive aquelas realizadas em parcerias com outras instituições. Uma síntese sobre esse modo de organização e funcionamento pode ser observada na resposta de um de seus coordenadores, Adelar Pizetta, quando questionado sobre a diferença da ENFF em relação às instituições convencionais:

Procuramos na Escola, trabalhar com sujeitos, não com indivíduos. [...] *Esses sujeitos assumem tarefas de manutenção da escola, limpeza, lavagem de louças, trabalho na produção, enfim, uma série de ações com as quais os estudantes das universidades não precisam se preocupar. Aqui, o funcionamento da Escola exige a contribuição dos educandos, pois não existem funcionários<sup>20</sup> para deixar tudo limpo e organizado. Logo, a coletividade é responsável pela sua existência, manutenção e continuidade. Portanto, o trabalho é uma dimensão pedagógica, educativa fundamental na ENFF.* Outro diferencial está relacionado à forma organizativa dos educandos. *Todos participam dos Núcleos de Base, com divisão de tarefas e responsabilidades internamente, como forma de garantir o cumprimento*

<sup>19</sup> Segundo Gasparin (2009), a brigada tem a função de administrar do ponto de vista político, pedagógico e funcional o cotidiano da escola.

<sup>20</sup> Segundo Araújo (2015), a grande maioria dos/as trabalhadores/as permanentes da escola são filhos de assentados, mas também há funcionários contratados: “Tem algumas funções, por exemplo, na cozinha, que temos que ter contratados; motoristas têm que ser contratados. Você não pode mudar, né? Mas a parte pedagógica, todos são do movimento social.”

*das atividades práticas, de estudo, cultura.* Enfim, essa organicidade é fundamental e também passa a ser uma dimensão pedagógica da ENFF. Na sua grande maioria, os estudantes que comparecem aos cursos na Escola (camponeses e filhos de trabalhadores pobres) vêm com intencionalidades e integram a parcela da classe que entende a real necessidade de qualificação na efetivação de uma práxis emancipadora. Portanto, as questões disciplinares, de dedicação ao estudo, à pesquisa e a própria elaboração se desenvolvem de forma consciente, sem necessidade de mecanismos como provas, lista de presença, professores autoritários etc. (PIZETTA, 2010, grifos nossos).

Com essa organização, busca-se não separar a condição de educando daquela de responsável pelo funcionamento e manutenção da escola; não dissociar os compromissos com o estudo e com as tarefas cotidianas, ainda que haja um coletivo de membros permanentes<sup>21</sup>. Porém, a ampliação das atividades e a diversificação do público nem sempre permitem que isso seja rigorosamente cumprido.

Então, a parte da manutenção dos serviços, dos trabalhos, da produção... tudo isso é construído pelo conjunto aqui: estudantes, professores, né, brigada, então, eles se inserem na organização, que são as unidades / setores de trabalho. Então, eles têm o tempo-trabalho e o tempo-estudo. Porém, tem diferenças entre alguns cursos: esse tipo de currículo é para os cursos de mais tempo, de larga duração. Porque há cursos, aqui, que são semanas... intensivo, eles vêm, estudam, né, e voltam para as suas comunidades e vão fazer o trabalho-comunidade lá! [...]. E há outros cursos que permanecem mais tempo, que se estabelece todo um sistema de participação, de gestão de processos, né, de organização de processos, de estudo, de produção, que faz parte da formação desses estudantes, né? Então, depende do público, depende do curso. Mas, em geral, a escola tem um tempo-estudo, um tempo-trabalho, um tempo-pesquisa, né, e ação nas comunidades. (ARAÚJO, 2015).

Da mesma forma, essa lógica não se estende à criação de cursos e seu acompanhamento. Segundo Princeswal (2007, p. 142), estas são tarefas específicas do Departamento de Cursos Formais<sup>22</sup>, um dos três que estão ligados à Direção Política de Formação, acima da qual se situa apenas

<sup>21</sup> Trata-se da mencionada Brigada Apolônio de Carvalho.

<sup>22</sup> Araújo (2015) refere-se a este como *Núcleo de Cursos Formais*.

a Coordenação Geral. Embora aquele departamento centralize as decisões, não é prerrogativa exclusiva dele a proposição de novos cursos, que também podem partir dos setores regionais do movimento. Do entendimento desses setores sobre a existência de demanda suficiente para cursos de formação em áreas específicas pode se originar uma proposta e, inclusive, participação direta nos trabalhos de diálogo e negociação com as IES que se encarregam de oferecer formalmente os cursos. (PRINCESWAL, 2007, p. 142).

O estudo de Princeswal (2007, p. 144-145) acrescenta que, além da iniciativa do próprio MST, o inverso também ocorre quando a própria universidade e/ou professores “procuram o MST, interessados em firmar algum convênio”, o que não significa que o MST sempre aceite fazer as parcerias, haja vista que as propostas curriculares das IES podem não interessar ao movimento. Em síntese, a relação entre as IES e a ENFF é sempre marcada por conflitos, avanços e recuos.<sup>23</sup>

Na formatação atual da escola, segundo Araújo (2015), há três núcleos que cuidam especificamente dos cursos na ENFF: o de cursos internacionais, que tinha a denominação *Núcleo de Estudos Latino-Americanos*<sup>24</sup>, o *Núcleo de Estudo da Teoria Política Nacional* e o *Núcleo de Cursos Formais*, responsável pelas parcerias.

Quanto à formação de graduação, as parcerias da ENFF com instituições públicas e privadas têm envolvido cursos em áreas como pedagogia (incluindo a licenciatura em educação do campo), geografia, serviço social, direito, veterinária, ciências agrárias e história.<sup>25</sup> Além disso, há projetos de extensão, cursos de curta duração e, mais recentemente, têm crescido os cursos de especialização (pós-graduação lato sensu), muitos dos quais no âmbito do Programa Residência Agrária, atualmente com 36 cursos em andamento em todo o país. (MST, 2015)<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Apesar da existência de um Departamento específico para cuidar dos cursos da ENFF, a cada novo curso constitui-se um coletivo pedagógico especial, com participação dos próprios estudantes e professores, para autogestionarem as atividades formativas (STÉDILE; HILARIO; FUSER, 2013).

<sup>24</sup> Em função da abertura da ENFF a estudantes estrangeiros que falam a língua inglesa, essa denominação não deverá mais ser utilizada, segundo Araújo (2015).

<sup>25</sup> Em dezembro de 2014, o MST noticiou o início da primeira turma de graduação em Ciências Sociais, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (MST, 2014a).

<sup>26</sup> “Os cursos de Residência Agrária são resultado da parceria firmada entre o Incra, por meio do Pronera, o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que resultou na contratação de 36 projetos, voltados à formação de 1,6 mil alunos em 28 universidades em todo o País.” (INCRA, 2014).

Na pós-graduação *stricto sensu* há dois cursos em funcionamento: o Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Cátedra UNESCO de Educação do Campo. (ASSOCIAÇÃO..., 2010); e o Mestrado Profissional em Trabalho Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP- Fiocruz). (MST, 2014).

Os cursos organizados e mantidos pela própria ENFF atualmente são 13 (ARAÚJO, 2015). Abrangem áreas como questão agrária, as obras Karl Marx e Florestan Fernandes, e cursos voltados para a formação de dirigentes dos movimentos sociais, nacionais e internacionais. A ENFF também mantém um projeto em parceria com a Petrobrás, intitulado *Juventude em ação: a arte de construir cidadania*, cuja descrição indica o objetivo de “Promover a inserção e a valorização da juventude na sociedade, preparando-a para ingressar no mercado de trabalho e para exercer sua cidadania através da qualificação profissional e das manifestações artísticas da cultura popular brasileira”. (PETROBRÁS, 2013).

Dados aproximados da AAENFF indicam que mais de 24 mil pessoas já passaram pela escola nas suas diversas atividades. No que se refere aos cursos de formação para militantes, trata-se de um público predominantemente vinculado ao MST, mas cada vez mais internacional<sup>27</sup>, como mostram os dados do ano de 2012, quando a escola recebeu 147 estrangeiros frente a um total de 188 militantes do movimento. (ESCOLA..., 2013, p. 03). Cerca de 500 professores voluntários, do Brasil e de outros países, colaboram com a ENFF, que mantém convênios com pelo menos 35 universidades brasileiras e outras 15 escolas de formação estrangeiras. (ASSOCIAÇÃO..., 2010).

---

<sup>27</sup> Essa tendência foi confirmada por Araújo (2015), para quem a escola tinha um perfil mais latino-americano, mas foi se aproximando de países do continente africano e, atualmente, já mantém cursos não formais em língua inglesa, podendo atender militantes e estudantes de diversos outros países, em especial da América do Norte e Europa Ocidental.

## CONCLUSÃO

O que caracteriza a ENFF não é seu reconhecimento enquanto escola de nível superior.<sup>28</sup> Ela é um centro que *articula*<sup>29</sup> projetos de formação de outras instituições educativas – estas, sim, reconhecidas – bem como projetos dos próprios movimentos sociais. Algumas das fontes consultadas para esta pesquisa indicam que é, sobretudo, por meio da Escola que o Movimento tenta introduzir novas identidades nesses cursos de formação superior em parcerias com IES. Araújo (2015), porém, relativiza esse papel, afirmando que há um “coletivo nacional de educação que é constituído nos estados”, cujo papel é o de pensar, elaborar e propor tais formas de intervenção (cursos, currículos, metodologias). A ENFF é parte dele, mas não seu dirigente. Além disso, a própria CPP da ENFF teria como suporte uma série de outros coletivos, de caráter interssetorial, que subsidiariam as decisões e políticas implementadas na escola.

A preocupação estratégica do MST com o ensino superior vem sendo demonstrada há anos e antecede a existência da ENFF. E ela não está desvinculada das demais etapas do ensino, como o demonstra a recorrente menção ao problema da formação de professores, entendida pelo movimento como chave para a escolarização elementar de suas bases.<sup>30</sup>

Pelo fato de ser ela própria parte de um processo de construção permanente, característico das ações do MST no campo educacional, a apreensão do real sentido da ENFF é algo que também *está sendo construído* pelo movimento. O mesmo vale para sua proposta político-pedagógica, pois se, em 2007, Princeswal (2007, p. 171) constatara que ainda era cedo para se falar numa proposta consolidada, também observou a dificuldade de tornar isso efetivo, em função da necessidade de ter que dialogar – e negociar – cada curso com diferentes instituições e em contextos que se modificavam rapidamente, como mudanças na administração daquelas instituições.

<sup>28</sup> Juridicamente, a escola é uma associação privada, destinada a atividades de ensino não especificadas para outros tipos de instituições. Não possui, por isso, reconhecimento do MEC, mas, dada essa condição, pode estabelecer contratos e convênios com outras entidades e com o poder público.

<sup>29</sup> A ideia de uma escola de articulação já estava presente no já referido Caderno de formação n. 29, da Campanha de construção da ENFF (MST, 1998).

<sup>30</sup> Sobre isso, ver o documento *Lutas e conquistas* (MST, 2010).

Por certo, sobressai certa controvérsia sobre o caráter formal da ENFF: se é escola superior, universidade popular, ou, ainda, escola de formação política que tende a se afastar de uma institucionalidade própria, como sugerira Adelar Pizzeta (2007, p. 246), em trecho previamente citado:

A ENFF surge [...] com o propósito de pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do conjunto do MST. Ela passa a ser um (não o) espaço de articulação das inúmeras iniciativas e experiências que estão em curso nos estados e articuladas pelos diferentes setores de atividades do MST, no sentido de buscar uma maior unidade e qualificar essa práxis.

O mesmo Pizetta, em matéria assinada por Santos (2005) na *Revista Sem Terra*, quando da inauguração em Guararema, apresentava outro horizonte para a escola:

O maior desafio dessa nova empreitada do MST é transformar o complexo de ensino na primeira Universidade Popular do Brasil. 'A médio prazo, pretende-se constituir o Instituto de Ensino Superior Florestan Fernandes, reconhecido pelo MEC, como possibilidade de abrir cursos e graduar militantes e dirigentes dos movimentos sociais. Normalmente, esses dirigentes não possuem condições de frequentar uma universidade convencional. Por isso, a ENFF terá uma pedagogia e metodologia adaptada à realidade dos trabalhadores do campo. Poderá continuar utilizando a Pedagogia da Alternância, como funcionam hoje os cursos de graduação (Pedagogia, História, Ciências Agrárias, Agronomia, etc) em parceria com diversas Universidades públicas de vários estados brasileiros', finalizou Pizetta. (SANTOS, 2005, p. 33, grifo nosso).

O fato é que a *Escola*, como os dirigentes do MST costumam denominá-la, vem exercendo um papel de *articulação* entre as IES e as necessidades e demandas do Movimento em termos de formação técnica e política. Vem promovendo a *ocupação* do ensino superior regular e, ao mesmo tempo, realiza cursos de formação política para militantes, dirigentes e membros de movimentos sociais, como fazia desde os tempos da Escola Sindical Margarida Alves. Tenta-se evitar, assim, a dicotomia formação técnica-formação política.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Sobre a questão da formação buscada pelo MST, ver Dal Ri e Vieitez (2004, p. 1382).

Uma leitura mais orgânica ao Movimento tem indicado que a ocupação também poderá produzir outro resultado, a saber, de que a educação do campo venha a se converter em nova área de estudos e pesquisas nessas instituições. Uma espécie de combinação entre escolarização, formação político-ideológica e formação técnica, que, aos poucos, pudesse formar um “intelectual coletivo de classe”, orgânico ao trabalho nas áreas da reforma agrária. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 506). Nesse mesmo sentido, Santos (2012, p. 634) afirma que a presença dos “camponeses, como sujeitos coletivos de direitos, no ambiente acadêmico, têm fortalecido a perspectiva de novas práticas nos campos do ensino e da pesquisa”, não só por conta dos conteúdos, mas também da nova relação tempo e espaço que se institui. Diz a jornalista:

O Pronera produziu, no âmbito do debate acadêmico, o diálogo com uma nova perspectiva de produção do conhecimento e de pesquisa; legitimou o conflito no ambiente da universidade, ao reconhecer os camponeses como sujeitos de direitos [...]; e estabeleceu um rompimento conceitual, ao reconhecê-los como portadores de conhecimento, e não apenas como objeto de pesquisa. (SANTOS, 2012, p. 636).

Já Adelar Pizetta (apud SORIANO; CARRANO, 2013) entende que, por meio dos cursos, acontece uma fusão importante entre o conhecimento produzido pelas organizações sociais e a produção no interior da Universidade.

Como se poderia esperar, construiu-se no Movimento um discurso positivo e favorável à continuidade dos convênios e parcerias<sup>32</sup>. Estudos sobre as especificidades destas parcerias, bem como sobre as diferentes formas de recepção e abrigo desses cursos nas IES, poderão mostrar se essa relação tem sido bem-sucedida na perspectiva do MST, isto é, se é possível garantir

---

<sup>32</sup> Exemplo desse discurso encontra-se em Bezerra, Rodrigues e Pizetta (2007, p. 20): “Os educadores do movimento, ao participarem dos cursos em parceria com as universidades, constroem a verdadeira identidade destes cursos. A presença na Universidade não é como indivíduo, mas como parte de uma identidade coletiva cujo processo de construção não começa nem termina no espaço universitário. [...]. Ao contrário do tratamento individualista que a Universidade ainda sustenta, percebemos a afirmação das turmas como sujeitos coletivos. [...] para os militantes do MST, estar na Universidade é mais do que estar envolvido em processo de profissionalização técnica. É a possibilidade de afirmar a identidade de resistência e luta social. Isto representa um novo jeito de estar na Universidade, pois divulga a causa da Reforma Agrária e aumenta o compromisso da sociedade com ela”.

avanços no sentido da superação da dicotomia antes apontada (formação técnica x formação política) em instituições já consolidadas, com conteúdos e professores formados e, de certo modo, já aculturados nesses ambientes acadêmicos.

Quanto ao alcance já obtido pelos convênios da ENFF/MST com universidades e outras IES, promovendo cursos de graduação e especialização que permitem aos integrantes do Movimento (normalmente excluídos desse acesso, sobretudo no setor público/estatal) acessar este nível de ensino, trata-se de uma luta relativamente bem-sucedida.<sup>33</sup> Afinal, como afirma Araújo (2015), ocupar o latifúndio do saber é tão difícil quanto o latifúndio da terra. Contudo, são pertinentes e devem ser investigadas questões sobre as condições nas quais isso ocorre e se os cursos garantem o mesmo padrão de qualidade e de formação aos estudantes. Na condição de membro da CPP da Escola, Araújo afirma se tratar de uma relação tensa entre a ENFF e as instituições parceiras.

[...] o que ocorre é que [...] a universidade aprende com os movimentos, os movimentos aprendem com a universidade, é uma troca [...]. Claro que nisso há conflitos, há mediações, muitas vezes [...] você tem, às vezes, um projeto de uma forma, mas para você conseguir a aprovação dele você cai na estrutura, né, *oficial* da academia e que só reconhece dentro dessas condições. (ARAÚJO, 2015).

Tais discursos positivos não parecem indicar uma conformação com a situação alcançada. Apontam para uma luta que *está sendo* travada. A pesquisa da qual resultou esse texto não objetivava avaliar todo esse conjunto de elementos. Não há dúvida, porém, que a *presença* do MST no interior das IES representa um início de reconhecimento dos sujeitos do campo como sujeitos de direito à educação superior. Este parece ser o entendimento de Kolling, Vargas e Caldart (2012, p. 507), quando afirmam que as formas de participação e a própria presença dos sujeitos do MST no interior das universidades são mecanismos de garantia de uma “escola diferente” nesse nível de ensino.

---

<sup>33</sup> Estudo de Lerrer (2012) apurou que, das turmas iniciadas entre 1998 e 2010 (via Pronera), 2.951 alunos integrantes de movimentos sociais do campo obtiveram diplomas de nível superior (graduação ou especialização), a maior parte em universidades federais.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Djacira. *Djacira Araújo*: depoimento [fev. 2015]. Entrevistador: Lalo W. Minto. Guararema, SP: 1 arquivo mp3 (83:12 min.). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
- ARRUDA, Roldão. MST inaugura universidade de US\$ 1,3 milhão para ensinar política. *Estado de S. Paulo*, 16/01/2005, p. A4.
- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. *Boletim*. Guararema, n. 1, jul. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Boletim*. Guararema, n. 2, dez. 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Boletim*. Guararema, n. 5, nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto Social*. São Paulo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Instalações*. São Paulo, 2010.
- AUGUSTO, Danilo; MANSUR, Vinícius. ENFF: três anos feitos e toda uma história por fazer. *Revista Sem Terra*. São Paulo, Ano XI, n. 45, jun./jul., p. 17-21, 2008.
- BEZERRA, C.; RODRIGUES, M.; PIZETTA, A. A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos. *Libertas*. Juiz de Fora, edição especial, p. 01-23, fev. 2007.
- CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.
- \_\_\_\_\_. A educação do movimento dos sem-terra: Instituto de Educação Josué de Castro. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1379-1402, set./dez. 2004.
- ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Secretaria Geral. *Informe ENFF 2012*[documento recebido por e-mail de <secgeral@enff.org.br> em 08 jan. 2013.]. Guararema, SP: ENFF, 2013. 5p.
- FILGUEIRAS, Otto. Entrevista com Luis Carlos Guedes Pinto. *Revista Sem Terra*. São Paulo, n.8, jul./ago./set., p. 20-25. 1999.
- GASPARIN, Geraldo. Contra a ideia da força, a força das ideias. *Jornal Sem Terra*, São Paulo, n. 295, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/295/entrevista>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de dados Cidades@*. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351830&search= || infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351830&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas)>. Acesso em: 07 mai. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Coordenação Nacional de Residência Agrária se reúne para avaliar projetos*. Brasília-DF, 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/coordenacao-nacional-de-residencia-agraria-se-reune-para-avaliacao-dos-projetos>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

KOLLING, E.; VARGAS, M.; CALDART, R. MST e educação. In: CALDART, R. et. al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 502-509.

LERRER, Débora F. Preparar gente: a educação superior dentro do MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, out., p. 451-484. 2012.

MARIA. *Entrevista* [fev. 2015]. Entrevistador: Lalo W. Minto. Campinas, SP: 1 arquivo mp3 (45:02 min.). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

MARINGONI, Gilberto. *MST inaugura escola nacional em Guararema (SP)*. São Paulo, 2005. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?materia\\_id=3087](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?materia_id=3087)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

MINTO, Lalo W. A Escola Nacional Florestan Fernandes: origens históricas e concepções teórico-práticas. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 65, p.310-327, out. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Com festa e alegria, MST inaugura Escola Nacional Florestan Fernandes. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, n. 248, especial, fev., p. 08-09, 2005.

\_\_\_\_\_. Campanha de construção da Escola Nacional do MST. *Caderno de Formação*. São Paulo, n. 29, 1998.

\_\_\_\_\_. *Lutas e conquistas*. Reforma agrária: por justiça social e soberania popular. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária ao povo brasileiro. In: CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. [anexo]. p. 427-429.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais realizam cursos de especialização e mestrado no RJ*. São Paulo, 22 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16142>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Residência Agrária forma 44 educandos em São Paulo*. São Paulo, 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/02/10/residencia-agraria-forma-44-educandos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Sem Terra iniciam curso de graduação em ciências sociais na UFRN*. São Paulo. 09 dez. 2014[a]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/12/09/sem-terra-iniciam-curso-de-graduacao-em-ciencias-sociais-na-ufrn.html>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Terra Nossa. *Boletim informativo* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, Ano II, n. 08, jan./fev. 1994. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs\\_N\Shad\\_CEDem\\_BibILT\CDEM\\_BibILT.DocPro](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_N\Shad_CEDem_BibILT\CDEM_BibILT.DocPro)>. Acesso em: 30 maio 2014.

MST INAUGURA ESCOLA POLÍTICA DE R\$ 3,5 MI. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 21 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66791.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

PETROBRÁS. *Resultado – Seleção Pública do Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://dec.petrobras.com.br/resultado/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PIZETTA, Adelar J. A formação política no MST: um processo em construção. *OSAL* Buenos Aires, Ano VIII, n. 22, set. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Apresentação dos cadernos da ENFF. *Cadernos de estudos ENFF – 2*. Literatura e formação da consciência. Guararema, 2011. p. 07-13.

\_\_\_\_\_. Na ENFF o conhecimento constrói consciências. *Revista Sem Terra*. São Paulo, 30 dez. 2010. [Entrevista com Beatriz Pasqualino e Maíra K. Mano]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Na-ENFF-o-conhecimento-constroiu-consciencias>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PIZETTA, Ana Maria J. A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório. *Libertas*. Juiz de Fora, ed. especial, p. 24-47, fev. 2007a.

PRINCESWAL, Marcelo. *MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes: uma síntese histórica*. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro.

SANTOS, Clarice A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R. et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 631-639.

SANTOS, Sueli A. Militantes do MST constroem escola na Grande São Paulo. *Revista Sem Terra*. São Paulo, n. 18, jan./mar., p. 28-33. 2003.

\_\_\_\_\_. MST inaugura Escola Nacional Florestan Fernandes. *Revista Sem Terra*. São Paulo, n. 28, jan./fev., p. 30-35, 2005.

SORIANO, R.; CARRANO, P. *Ufes lança terceira turma de Economia e Desenvolvimento Agrário*. São Paulo, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Ufes-lanca-terceira-turma-de-Especializacao-em-Economia-e-Desenvolvimento-Agrario>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

STÉDILE, João P. Saudação em nome da direção nacional do MST. In: ENFF. *Cadernos de estudos ENFF – 2. Literatura e formação da consciência*. Guararema: ENFF, 2011. p. 69-72.

STÉDILE, J.; HILARIO, E.; FUSER, I. Escola Nacional Florestan Fernandes: seja um associado. *Brasil de Fato*. São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em:<<http://www.brasildefato.com.br/node/13666>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

TAFFAREL, C.; MOLINA, M. Política educacional e educação do campo. In: CALDART, R. et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 571-578.